

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E MEIO AMBIENTE

Education, Society and Environment

Rafael Rossi¹

 <https://orcid.org/0000-0001-8544-3756>

RESUMO

O presente artigo é um instrumento por meio do qual abordamos a relação entre sociedade e natureza no âmbito da sociedade capitalista na qual vivemos. Demonstramos a necessidade de toda e qualquer sociedade efetuar atos de trabalho que possibilitem transformar a natureza nas condições materiais da existência social. Também mostramos como a educação, sozinha, não possui o papel de modificar a sociedade. O capitalismo é a sociedade na qual o capital comanda e contra todo o processo de trabalho. Portanto, a partir das contribuições da pedagogia histórico-crítica e da ontologia lukácsiana, concluímos que a educação escolar preocupada com a formação integral de seus alunos precisa investir esforços na defesa crítica dos conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos que possibilitem superar as aparências limitantes do idealismo ecológico.

396

Palavras-chave: Educação. Meio Ambiente. Sociedade.

ABSTRACT

This article is an instrument through which we approach the relationship between society and nature in the context of the capitalist society in which we live. We demonstrate the need for any society to perform acts of work that make it possible to transform nature into the material conditions of social existence. We also show how education alone does not have the role of changing society. Capitalism is the society in which capital commands and opposes the entire labor process. Therefore, from the contributions of historical-critical pedagogy and Lukácsian ontology, we conclude that school education concerned with the integral formation of its students needs to invest efforts in the critical defense of scientific, artistic and philosophical knowledge that make it possible to overcome the limiting appearances of idealism ecological.

Keywords: Education. Environment. Society.

¹ Docente e Pesquisador na Faculdade de Educação e no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMS em Campo Grande – MS. E-mail: r.rossi@ufms.br



Introdução

O presente artigo é um instrumento por meio do qual abordamos os fundamentos da relação entre sociedade e natureza, com objetivo de contribuir com entendimentos que superem o idealismo ecológico, quanto o pessimismo imobilista.

O idealismo ecológico corresponde ao conjunto das disseminações que se passam de modo majoritário na atualidade em músicas, documentários, reportagens, estudos, pesquisas etc. Trata-se de um discurso que tenta provar ser possível uma "conscientização ambiental" ainda no interior da sociedade capitalista e que seria igualmente possível o estabelecimento de uma relação de preservação e de respeito das empresas para com a natureza.

"Se cada um fizer a sua parte, o mundo agradece". Esse tem sido o jargão preponderante do idealismo ecológico. A educação, nessa perspectiva dominante, é chamada a desempenhar o papel de conscientização indispensável das crianças e jovens para que cuidem e preservem o meio ambiente.

397

Contudo, ano após ano, temos verificado que a poluição do ar, dos mares, o desmatamento e várias outras formas de destruição ambiental, tem se intensificado. A tese que defendemos neste escrito é a seguinte: no âmbito do sistema do capital e da sociedade capitalista não é possível como um todo (e em absoluto) uma relação efetivamente harmoniosa entre a sociedade e a natureza e o papel da educação escolar, numa perspectiva crítica, deve ser o de trabalhar a problemática sociedade-meio ambiente com análises científicas, históricas e que desmistifiquem o discurso dominante do idealismo ecológico.

O idealismo é a tentativa de analisar a realidade com base em premissas extraídas da consciência e da subjetividade dos sujeitos. A crítica, por sua vez, é uma prática indispensável de analisar os avanços, as lacunas, os acertos e os desvios de uma dada teoria, ideologia ou discurso.

Por isso mesmo, para alcançar nosso objetivo, dividiremos este artigo em mais cinco partes. Em um primeiro momento é preciso analisar a atividade do trabalho como algo inerente a toda e qualquer sociedade no processo de transformação da natureza. Em um segundo momento



demonstraremos a especificidade da educação e sua relação com a totalidade social. Em um terceiro momento, abordaremos as linhas gerais do sistema do capital e sua lógica de expansão e acumulação. Na quarta parte, demonstraremos como a educação escolar pode contribuir com uma análise crítica sobre a relação sociedade e natureza. Por último, nossas considerações finais a respeito deste importante e polêmico debate.

Trabalho: Atividade Vital de Transformação da Natureza

Toda sociedade, por mais primitiva ou desenvolvida socialmente que seja, precisa transformar a natureza. O problema da destruição ambiental não reside no fato de que precisamos transformar a natureza, mas sim, no modo como estamos realizando – enquanto humanidade – essa transformação.

De acordo com Lukács (213) o ser social surge a partir do momento em que começa a desempenhar atos de trabalho, comunicação e relações sociais. Contudo, o trabalho aqui é entendido como a atividade de transformação da natureza para a produção das condições materiais da existência social. Portanto, não estamos nos referindo (ainda) ao trabalho assalariado que é a base da sociedade capitalista.

Instrumentos, vestimentas, ferramentas, abrigos etc. não são simplesmente “dádivas” da natureza. São partes da natureza que foram transformadas de modo intencional e organizado pela ação humana. Quando os primeiros seres humanos, há aproximadamente 400.000 anos atrás precisavam elaborar uma lança para abater um determinado animal e saciar a sua fome, estamos assistindo o desenvolvimento dos atos de trabalho.

A partir de uma necessidade real (saciar a fome, por exemplo), os seres humanos começam a analisar as possibilidades que a própria realidade objetiva oferece. Caso a escolha seja a elaboração de uma lança para abater um animal, então, será escolhida a madeira que aqueles indivíduos julgarem mais adequada para a execução de seus objetivos. O “plano”, ou seja, o “projeto” da lança já existe



na subjetividade dos indivíduos (este é o momento da prévia-ideação) que irão “colocar a mão na massa” (objetivação) e confeccionar, de fato a lança.

Uma vez realizada esta etapa, entrará em cena o momento de utilizar o instrumento fabricado para verificar sua utilidade e abater o animal escolhido. Os atos de trabalho são formados, desse modo, tanto pela prévia-ideação, quanto pela objetivação. Caso a lança funcione ou não funcione, com o desenvolvimento de todo esse processo laborativo, ao seu final, os indivíduos que trabalharam e os grupos sociais aos quais eles pertencem, conseguiram muito mais do que uma lança.

Ao final dos atos de trabalho foram originados uma série de conhecimentos, habilidades, técnicas, ideias, valores etc. (esse conjunto é a *cultura humana*, em seu sentido mais amplo possível) que podem ser utilizados em várias outras situações que não mais aquela de confeccionar uma lança. Por isso mesmo, “os atos de trabalho apontam necessária e ininterruptamente para além de si mesmos” (LUKÁCS, 2013, p. 159).

Isso é algo fantástico, pois surgirão novas necessidades que os indivíduos e as sociedades não possuíam antes. Essas novas necessidades exigirão novos atos de trabalho. Esses novos atos de trabalho gerarão novos conhecimentos, habilidades, ideias, valores etc. e, com isso, terá início o processo histórico humano e social.

Os indivíduos que trabalham modificaram a sua própria individualidade e, também, as sociedades que eles pertencem também se enriqueceram com esses atos de trabalho e com a apropriação desse patrimônio cultural que fora produzido.

A transformação da natureza, portanto, é algo inerente a toda e qualquer sociedade. O modo como cada sociedade irá organizar esse processo de transformação da natureza irá depender do modo como ela irá organizar o processo de produção social e a sua forma típica de trabalho. Agora podemos avançar para compreender a especificidade da dimensão educacional.



A Educação pode Transformar a Realidade?

Afirmam os defensores do idealismo ecológico que se investirmos maciçamente na educação, poderemos sim, ter uma sociedade que tenha uma relação de respeito, preservação e harmonia com a natureza mesmo no interior do modo de produção capitalista que é regido pelo capital.

Para podermos explicitar as limitações desse entendimento é preciso compreender a raiz e a especificidade mais essencial dessa dimensão que chamamos de educação. Vimos anteriormente como que os atos de trabalho produzem a cultura humana em sentido amplo, envolvendo técnicas, ideias, conhecimentos, valores etc.

Essa cultura humana precisa ser transmitida e apropriada às novas gerações para que o processo de reprodução e desenvolvimento das sociedades possa ocorrer. Um indivíduo das sociedades primitivas aprendeu a dominar o fogo, por exemplo, então, agora, ele precisa ensinar o que aprendeu, seus acertos e seus erros para outros indivíduos. Nesse aspecto, “as aquisições do desenvolvimento histórico das aptidões humanas não são simplesmente dadas aos homens [...] para se apropriar destes resultados [...] o ser humano, deve entrar em relação com os fenômenos do mundo” (LEONTIEV, 2004, p. 290) e “pela sua função este processo é, portanto, um processo de educação” (LEONTIEV, 2004, p. 290). É por isso que o “movimento da história só é, portanto, possível com a transmissão, às novas gerações, das aquisições da cultura humana, isto é, com a educação” (LEONTIEV, 2004, p. 291).

A educação (não estamos ainda tratando da escola) possui como função social a transmissão e apropriação dos elementos da cultura humana que foram produzidos historicamente e que respondam às demandas de uma determinada totalidade social.

É importante este último ponto sobre a totalidade social. É sempre ela que colocará os limites e as possibilidades para a educação atuar e se desenvolver, bem como é a totalidade que determina quais elementos da cultura humana historicamente produzida precisam ser transmitidos e apropriados

400



pelos indivíduos. Vejamos um exemplo: na sociedade grega clássica do século VI a. C. existiam conhecimentos filosóficos e artísticos altamente desenvolvidos. Estes conhecimentos filosóficos e artísticos, por sua vez, não estavam disponíveis a todos os indivíduos da sociedade grega, apenas aos homens, brancos, donos de terras e de escravos. As mulheres, estrangeiros e escravos estavam excluídos (aliás, os escravos nem eram considerados seres humanos naquela organização societal).

A educação, portanto, não tem o poder de sozinha transformar a realidade. Ela pode contribuir com a modificação da sociedade de modo mediado, mas para isso ocorrer é preciso a intervenção prática dos indivíduos. Vejamos agora como ocorre a relação da sociedade com a natureza no âmbito do modo de produção capitalista controlado pelo capital, pois é nesta formação social que vivemos.

Capitalismo e Natureza

401

O capital, como nos lembra Mézáros (2011), é uma relação social e não propriamente uma “coisa”. Essa relação social é marcada pela exploração que as classes dominantes realizam sobre a enorme classe trabalhadora. A sociedade capitalista, por sua vez, é um modo de produção no qual o capital se desenvolve de maneira mais plena.

Todas as mercadorias, no capitalismo, são produzidas com o objetivo primeiro de serem vendidas e não em atenderem as autênticas necessidades humanas (MÉSZÁROS, 2011). Temos conhecimentos científicos, técnicos e tecnológicos, por exemplo, para produzir alimentos efetivamente saudáveis e sem o uso de agrotóxicos. Contudo, nunca antes na história da humanidade ingerimos pelo ar, água e alimentos um número tão alto de agrotóxicos. Por que isso ocorre? Porque a agricultura, no capitalismo, está organizada enquanto agronegócio e, portanto, a terra, os alimentos, a água etc. serão vistos enquanto “negócios”, ou seja, em seu potencial para gerar lucros a grandes fazendeiros e multinacionais.



Por isso mesmo que a “completa subordinação das necessidades humanas à reprodução de valor de troca – no interesse da autorrealização ampliada do capital – tem sido o traço marcante do sistema do capital desde o seu início” (MÉSZÁROS, 2011, p. 606).

A base do capitalismo está no trabalho assalariado. No plano da aparência trata-se de uma relação entre iguais: o trabalhador vendendo sua força de trabalho, durante uma determinada jornada e em troca de um salário e, de outro lado, um capitalista, comprando essa mercadoria que é a força de trabalho.

Contudo, no plano da essência dessa relação de assalariamento, há uma profunda desigualdade de raiz, isto é, uma desigualdade estrutural. Os trabalhadores não são efetivamente livres. Na prática, eles são obrigados a venderem sua força de trabalho para garantir o seu sustento e o de suas famílias. No caso dos proletários, por exemplo, toda a produção que eles efetuam na jornada de trabalho é propriedade do capitalista. O proletário não produz apenas o valor de seu salário e retorna para casa. Ele produz muito mais valor do que o seu salário e este valor a mais é apropriado privadamente pelos capitalistas. Essa mais-valia é a fonte das desigualdades sociais na sociedade capitalista (PAULO NETTO; BRAZ, 2012).

402

O movimento do capital, no capitalismo, é orientado para a expansão e acumulação e, por isso mesmo, ele precisa subordinar e controlar todo o processo de trabalho. Os capitalistas investem um capital inicial na produção de uma determinada mercadoria, com o objetivo de que, ao final da dinâmica, com a venda dessas mercadorias seu capital inicial tenha crescido e aumentado. Com efeito, é preciso compreender que o objetivo de “todo e qualquer empreendimento capitalista: a caça aos lucros” (PAULO NETTO; BRAZ, 2012, p. 97).

No que diz respeito à relação entre sociedade capitalista e natureza, esta relação também será marcada pela exploração e devastação. O idealismo ecológico gosta de divulgar notícias de preservação e conservação ambiental que são desenvolvidas em países capitalistas desenvolvidos como Suíça, Noruega, Finlândia etc. Contudo, o que passa despercebido e ocultado é que estes países de modo indireto contribuem com a destruição ambiental que ocorre em países da periferia do capitalismo, pois são sedes de mineradoras, siderúrgicas, multinacionais do agronegócio etc.

Como a lógica do capitalismo é explorar o trabalho produzindo mercadorias com a finalidade de atender aos imperativos do lucro, então, a natureza também irão sofrer. No plano do discurso há décadas temos assistido campanhas, eventos, seminários, reportagens etc. afirmando a necessidade da preservação ambiental e a possibilidade das empresas desenvolverem uma consciência de respeito para com a natureza. É necessário lembrar que o “desenvolvimento capitalista é, necessária e irredutivelmente, produção exponenciada de riqueza e produção reiterada de pobreza” (PAULO NETTO, 2007, p. 142).

Contudo, a prática tem mostrado que a destruição ambiental tem aumentado e atingido níveis jamais imaginados colocando o próprio futuro da humanidade em questão no planeta Terra. Portanto, enquanto o capital continuar no comando da produção social e no controle sobre o processo de trabalho, a destruição ambiental continuará como a realidade mesmo tem comprovado.

Para modificar a relação da sociedade com a natureza é preciso modificar, fundamentalmente (e não exclusivamente) a maneira de organizar o trabalho. Enquanto o trabalho for orientado para atender as demandas do capital, continuaremos a assistir a dominância do idealismo ecológico que, por sua vez, atende aos interesses das classes dominantes em ocultar o funcionamento correto e essencial dos fenômenos sociais.

403

Educação Escolar: O que é possível fazer?

Na sociedade capitalista, pela primeira vez na história da humanidade, a escola é para todos os indivíduos, tanto das classes trabalhadoras quanto das classes dominantes. Não estamos afirmando que a educação escolar tenha, de fato, se universalizado. O que estamos dizendo é que, no capitalismo, trabalhadores podem frequentar as escolas. No feudalismo e nas sociedades da antiguidade escravista clássica, a educação escolar estava acessível apenas às classes dominantes.

As escolas, como todas as demais instituições, atendem majoritariamente as demandas do capital. Entretanto, isso não significa que devemos “cruzar os braços” e nada fazer. Temos que agir



de modo realista, crítico, analisando os obstáculos e as possibilidades que efetivamente existem no real. Não é difícil confundir a esperança com uma ilusão: basta ignorarmos as diferenças entre as possibilidades que existem na realidade e aquelas que existem apenas em nossas consciências.

Do ponto de vista dos interesses dos trabalhadores, a educação escolar precisa defender os conhecimentos científicos, artísticos e filosóficos de um modo crítico. Estas formas de conhecimento possibilitarão um entendimento do mundo social e natural que supere o plano das aparências e agarre os fundamentos mais essenciais dos fenômenos e das relações estudadas, incluindo aqui, a relação entre a sociedade capitalista e a natureza.

Muitas escolas para “conscientizar” e/ou “celebrar” o meio ambiente fazem diversos projetos: abraçar uma árvore; plantar diversas mudas; confeccionar cartazes com frases de impacto sobre a necessidade de preservação da natureza, dos recursos hídricos etc. Sabemos das inúmeras situações de precariedade que o trabalho educativo enfrenta: baixos salários, jornadas degradantes; salas de aula lotadas; etc. etc. Sabemos também que vários professores/as estão imbuídos das melhores intenções.

404

Sabemos ainda que a maior parte dos professores/as não tiveram acesso, de fato, à abordagem crítica marxista sobre o processo de autoconstrução humana e como ocorre a relação sociedade e natureza.

Por tudo isso e perante todo este panorama entendemos que mais do que nunca é importante compreender que é a “exigência de apropriação do conhecimento sistematizado por parte das novas gerações que torna necessária a existência da escola” (SAVIANI, 2011, p. 14). A escola, no âmbito do sistema do capital, não conseguirá, em absoluto, socializar todos os conhecimentos elaborados e sistematizados em suas formas mais desenvolvidas de um modo efetivamente crítico.

Contudo, de um ponto de vista preocupado com as autênticas necessidades formativas dos seres humanos, a escola existe para “propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber” (SAVIANI, 2011, p. 14).



Percebam que esta abordagem é extremamente realista: não se trata de abandonar a educação escolar aos desígnios autocentrados do capital e, ao mesmo tempo, também não se trata de proclamar idealismos de qualquer ordem. Apenas numa formação social que supere a totalidade do sistema do capital poderemos vislumbrar escolas que, efetivamente, para todos, socializem os clássicos das ciências, das artes e da grande reflexão filosófica numa perspectiva eminentemente crítica.

Entretanto, entendemos que nossa atuação, tanto na pesquisa, quanto na escola efetivamente, deve ser a de defesa desses conhecimentos elaborados numa orientação crítica marxista e que contribua, portanto, para desvelar e desmistificar as limitações do idealismo ecológico tão presente na atualidade. Desse modo, concordamos com o fato de que "lutar para que a escola transmita os conteúdos clássicos é uma atitude revolucionária" (DUARTE, 2016, p. 28).

Importante sinalizar que, de modo algum, estamos responsabilizando os/as professores/as pela disseminação do idealismo ecológico no ensino de educação ambiental e da relação sociedade e natureza. Sabemos que a maior parte dos cursos de formação de professores são dominados teoricamente por posturas ecléticas, pós-modernas e irracionais. Esse panorama, todavia, apenas reafirma um velho ensinamento marxista de que as "ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante" (MARX, ENGELS, 2007, p. 47).

O que estamos chamando a atenção é para o fato de que nós, indivíduos da classe trabalhadora, não somos os prioritários na destruição ambiental. São as classes dominantes que, no âmbito da lógica do capital, que efetuam a devastação do meio ambiente: queimando o Pantanal; poluindo os rios da Amazônia; desmatando etc.

Por isso mesmo, a tarefa da educação escolar é explicitar a verdade científica dos fenômenos estudados. Para isso é imprescindível que os/as professores/as se apropriem dos conhecimentos científicos numa orientação crítica marxista, para que os alunos possam ter uma compreensão histórica, crítica, profunda e verdadeira sobre a relação sociedade e natureza no âmbito da sociedade regida pelo capital, ou seja, pelos interesses dos grandes conglomerados econômicos.



Considerações Finais

Com o presente artigo abordamos, em linhas gerais, o equacionamento entre a relação sociedade e natureza, bem como a contribuição realista que a educação pode oferecer. Para tanto, demonstramos como que a transformação da natureza para a produção das condições materiais da existência social é um requisito ineliminável dos atos de trabalho que toda e qualquer sociedade precisa desempenhar.

Avançamos em nossa explicação, explicitando como a educação deve sua existência aos conhecimentos, habilidades, valores, ideias, técnicas etc. que são originados com os atos de trabalho. Também provamos como a educação possui a função social de transmissão e apropriação desses elementos da cultura humana perante as demandas de uma determinada totalidade social. A educação, por si só, não é capaz de transformar diretamente a realidade. Os elementos culturais e de conhecimento que a educação irá transmitir perante os indivíduos estarão em conformidade com as exigências e o campo de limites e possibilidades de uma respectiva totalidade historicamente elaborada.

406

A escola, no capitalismo, sofre uma profunda contradição. Por um lado, do ponto de vista do capital e das classes dominantes, interessa a disseminação cada vez mais avassaladora do idealismo ecológico como se cada um e cada empresa pudessem se conscientizar e “aos pouquinhos” teríamos uma relação harmoniosa entre a sociedade e a natureza ainda no interior do capitalismo.

O capitalismo, por sua vez, é uma sociedade na qual a produção social obedece aos imperativos do capital. O capital, por seu turno, é uma relação social de controle e subordinação do trabalho perante os objetivos que promovam os lucros dos capitalistas. Nesse sentido, enquanto o capital prevalecer é impossível que em absoluto, no mundo todo, possa existir, efetivamente, uma relação harmônica, de respeito e de real sustentabilidade perante o meio ambiente.



Estes entendimentos possibilitaram defender a tese de que a educação escolar, a partir dos autênticos interesses dos trabalhadores, precisa defender as ciências, as artes e a autêntica reflexão filosófica numa perspectiva crítica marxista com intuito de desmistificar e de explicar a realidade social e natural para além das limitações inerentes à abordagem superficial intrínseca ao idealismo ecológico.

As escolas precisam ensinar o processo histórico de constituição da sociedade capitalista; seus avanços; suas contradições etc. Um desenvolvimento sustentável, de modo efetivo, necessita, por sua própria natureza, de uma forma de trabalho que seja igualmente sustentável.

Defender a ideia de que “basta cada um fazer a sua parte”; realizar campanhas de conscientização que não avançam para além da superfície da realidade; passeios para plantar e abraçar uma árvore; tudo isso, são ações que podem estar imbuídas das melhores intenções. Contudo, essas práticas escamoteiam o fato científico e histórico de que a destruição ambiental é operada pelas classes dominantes para que o capital possa se expandir e acumular. A função precípua da educação escolar é ensinar a verdade científica aos seus alunos, se comprometida com os reais interesses da classe trabalhadora.

A lógica do capital apenas pode oferecer uma “sustentabilidade” oca. Uma verdadeira sustentabilidade maciça implica a superação da exploração sobre o trabalho e a existência de classes sociais. Se queremos, de fato, ensinar como realmente ocorre a relação sociedade capitalista e natureza aos nossos alunos, então, não podemos abrir mão da orientação crítica marxista e dos conhecimentos elaborados e sistematizados em suas formas mais desenvolvidas. Não adianta um discurso falacioso que não corresponda à prática social, pois, vale sempre a pena lembrar, que as “palavras dos homens, seus pensamentos e sentimentos [...] revelam-se verdadeiros ou não verdadeiros, sinceros ou insinceros, grandes ou limitados, quando se traduzem na prática”; ou seja, “quando os atos e as forças dos homens confirmam-nos ou desmentem-nos na prova da realidade” (LUKÁCS, 1965, p. 57).

Referências

Revista **GESTO-DEBATE**, Campo Grande - MS, vol. 22, n. 23, p.396-408, jan/dez 2022.

 Conteúdo sob Licença Creative Commons Attribution.



DUARTE, N. **Os Conteúdos Escolares e a Ressurreição dos Mortos** – Contribuição à Teoria Histórico-Crítica do Currículo. Campinas – SP: Autores Associados, 2016.

LEONTIEV, A. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Centauro, 2004.

LUKÁCS, G. **Ensaio sobre Literatura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social – II**. São Paulo: Boitempo: 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.

PAULO NETTO, J. Desigualdade, Pobreza e Serviço Social. **Revista em Pauta**, n. 19, p. 135-170, 2007.

PAULO NETTO, J.; BRAZ, M. **Economia Política: Uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2012.

SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: Primeiras Aproximações**. Campinas – SP: Autores Associados, 2011.